



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA**  
**PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**Ref.: Projeto de Decreto Legislativo, alusivo ao Processo legislativo nº 015/2024**

**Interessados: Ex. Prefeito Eduardo Toshiya Tsuru / Ex. Prefeito Ronildo Pereira Macedo.**

**Assunto: Prestação de Contas do Poder Executivo - Exercício Financeiro 2.022.**

**Solicitante: Presidente CFO, Vereador Sargento Damasseno.**

**De: Procuradoria Jurídica**

**Para: Diretoria Legislativa**

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 015/2024, PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – JULGAMENTO DAS CONTAS – PODER EXECUTIVO – PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS FAVORÁVEL À APROVAÇÃO – APRECIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – PROCEDIMENTO PREVISTO NO TÍTULO XII, DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO NO ARTIGO 170 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO. **PARECER FAVORÁVEL.**

**PARECER JURÍDICO n. 10/2024**

**RELATÓRIO**

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Processo legislativo nº 015/2024, que *“Dispõe sobre o julgamento das Contas do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2022”*, tendo como interessados:

Sr. Eduardo Toshiya Tsuru, Prefeito administrou o município pelo período de 1º/1 a 6///2022.

Sr. Ronildo Pereira Macedo, Prefeito administrou o município pelo período de 7/7 a 31/12/22.

Instruem o pedido, no que interessa: (I) ofício n. 0082/2024 – DP – SGPJ, fls. 002; (II) Acórdão fls. 03 a 52; (III) Parecer Prévio PPL-TC 00031/23, referente ao processo 00972/23 (IV) Recebimento e despacho pelo presidente desta casa fls. 57; (IV) Despacho 02, fls. 58, encaminhamento a este departamento Jurídico.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Prefacialmente, importante destacar que o exame deste Departamento Jurídico cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, **razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação**, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes<sup>1</sup>.

A competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos municipais é conferida ao Poder Legislativo, o qual conta com auxílio do Tribunal de Contas, conforme disciplina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988:

**Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.**

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido **com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados** ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

<sup>1</sup> O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade." Fonte: <https://www.conjur.com.br/2011-ago-24/agu-investe-assessoramento-descuidar-papel-controle>.



§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

No mesmo sentido dispõem os artigos 80 e seguinte, da Lei Orgânica Municipal e 170 e seguintes do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

O Supremo Tribunal Federal também já decidiu, no Recurso Extraordinário 848826/DF (Repercussão Geral), que cabe à Câmara Municipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas, apreciar as contas do Poder Executivo Municipal, abrangendo a análise tanto as contas de governo quanto as de gestão. Ainda, no Recurso Extraordinário 729744/MG (também de Repercussão Geral), firmou entendimento no sentido da natureza meramente opinativa do parecer prévio do Tribunal de Contas, de forma que compete exclusivamente à Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito, sendo vedado o seu julgamento ficto por decurso do prazo.

Por outro lado, quanto às contas dos Presidentes das Câmaras de Vereadores, o Supremo entendeu que devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas, sendo inconstitucional norma que atribua esta competência ao próprio Poder Legislativo (Ação Direta de Inconstitucionalidade 1964/ES).

Sobre a tomada de contas do Prefeito e o que deve ser analisado pela Câmara Municipal, Leciona Hely Lopes Meirelles:

A Câmara Municipal, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), com ênfase no que se refere aos incisos de seu art. 59, a saber: I – atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO); II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22-23; VI – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites; V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as dessa lei complementar; VI – cumprimento do limite de gastos.

totais dos Legislativos Municipais, quando houver. O controle das contas do Município deve ser exercido nos seguintes aspectos: da natureza dos fatos controlados (contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial); da amplitude do controle (Administração Municipal direta e indireta); da legalidade; legitimidade; economicidade; aplicação das subvenções; e de renúncia de receita. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 695/696)

Nessa linha, não obstante as recomendações contidas no relatório do Tribunal de Contas sobre as contas da Prefeitura do exercício de 2022 (acordão anexo), a fim de examinar Previsão Legal, nota-se que, o voto seguiu da seguinte forma: “**É de parecer** que as contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Vilhena, relativas ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade dos Senhores **Eduardo Toshiya Tsuru** inscrito no CPF n. \*\*\*500.038-\*\*, no período de 1º/1 a 6/7/22 e **Ronildo Pereira Macedo**, inscrito no CPF n. \*\*\*.532.602-\*\*, no período de 7/7 a 31/12/2022, **ESTÃO EM CONDIÇÕES DE RECEBER A APROVAÇÃO**, pelo poder legislativo municipal, ...”, no mais sem obstáculos para aprovação. (grifei).

## DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se que o presente processo Legislativo atende aos pressupostos constitucionais e legais, desde que respeitado o procedimento estatuído nos artigos 170 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vilhena - RO.

O parecer que se submete à apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Vilhena, 21 de fevereiro de 2024.

**José Antonio Corrêa**  
Procurador-Geral Legislativo  
Mat. 500214